



Canal Energia – 10 Mar 2004

Agentes privados já se mobilizam para discutir regulamentação do novo modelo

Para Apine e CBIEE, detalhamento das regras é peça chave para atrair investimentos

Os agentes privados receberam bem a sinalização do Ministério de Minas e Energia de sentar com eles para construir a regulamentação do novo modelo do setor elétrico. Representantes de algumas associações já buscam uma aproximação com o MME para agendar encontros que vão discutir o detalhamento das novas regras.

É o caso da Apine (Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica), que pretende se reunir com o governo para dar continuidade à relação que teve início antes mesmo da publicação das medidas provisórias. Para o presidente Eric Westberg, o detalhamento do setor elétrico é a peça chave para a atração dos investimentos.

"A lei geral é só o início. Agora, o importante é conhecer os contratos e os editais", conta. Segundo o representante dos produtores independentes, o ministério precisa ter cuidado na regulamentação do setor elétrico.

O novo modelo, explica Westberg, precisa colocar o Brasil num grau de atratividade elevado para o capital estrangeiro. "Os recursos privados externos são limitados e os investidores escolhem os melhores países para colocar o dinheiro", explica.

Para o presidente da Apine, o novo modelo é claro, mas exige um detalhamento cuidadoso para atrair recursos. "A lei demorou para sair. Temos que trabalhar em cima dela para melhorar as condições oferecidas", comenta.

A CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica) também considera fundamental esse intercâmbio entre o ministério e os agentes para elaboração das regras. A entidade já havia solicitado uma reunião para saber como o setor privado poderá participar do processo.

O presidente da CBIEE, Claudio Sales, afirma que o objetivo da colaboração é melhorar a percepção dos investidores privados em relação ao modelo. Sales não quis comentar sobre a atratividade do atual texto aprovado no Senado Federal.

"O documento é o começo da definição do novo marco regulatório. Ainda falta um conjunto de leis e decretos para concluí-lo", diz. O executivo reforça a importância de terminar rapidamente o marco regulatório para tranquilizar o mercado